

2ª Rodada PRF (Policial Rodoviário Federal)

*PRF (Policial Rodoviário Federal)
Rodadas Avançadas de Simulados -
2023 (Pré-Edital)
Autor:*

Marcus Vinicius Oliveira de Toloza



A large, three-dimensional, gold-colored "PRF" logo is mounted on a dark blue wall. The letters are bold and have a slight shadow, giving them a metallic appearance. The background behind the letters is a dark blue panel with vertical white stripes.

PRF

(Policial Rodoviário Federal)

2023 - Pré-Edital

Gabarito Preliminar

Rodada Avançada PRF (Policial Rodoviário Federal)

01	ERRADO	25	ERRADO	49	CERTO	73	CERTO	97	ERRADO
02	ERRADO	26	ERRADO	50	ERRADO	74	ERRADO	98	CERTO
03	ERRADO	27	CERTO	51	CERTO	75	ERRADO	99	CERTO
04	CERTO	28	ERRADO	52	ERRADO	76	CERTO	100	CERTO
05	ERRADO	29	CERTO	53	ERRADO	77	CERTO	101	ERRADO
06	ERRADO	30	ERRADO	54	ERRADO	78	CERTO	102	ERRADO
07	CERTO	31	CERTO	55	CERTO	79	ERRADO	103	ERRADO
08	CERTO	32	CERTO	56	ERRADO	80	CERTO	104	CERTO
09	CERTO	33	CERTO	57	CERTO	81	CERTO	105	ERRADO
10	ERRADO	34	ERRADO	58	CERTO	82	ERRADO	106	ERRADO
11	CERTO	35	ERRADO	59	ERRADO	83	CERTO	107	ERRADO
12	CERTO	36	ERRADO	60	CERTO	84	ERRADO	108	ERRADO
13	CERTO	37	CERTO	61	CERTO	85	ERRADO	109	CERTO
14	CERTO	38	ERRADO	62	ERRADO	86	ERRADO	110	CERTO
15	ERRADO	39	CERTO	63	CERTO	87	CERTO	111	CERTO
16	CERTO	40	ERRADO	64	ERRADO	88	ERRADO	112	CERTO
17	ERRADO	41	CERTO	65	ERRADO	89	CERTO	113	CERTO
18	ERRADO	42	CERTO	66	CERTO	90	ERRADO	114	ERRADO
19	ERRADO	43	ERRADO	67	CERTO	91	CERTO	115	ERRADO
20	ERRADO	44	CERTO	68	CERTO	92	CERTO	116	ERRADO
21	ERRADO	45	ERRADO	69	CERTO	93	ERRADO	117	CERTO
22	ERRADO	46	CERTO	70	ERRADO	94	ERRADO	118	ERRADO
23	CERTO	47	CERTO	71	ERRADO	95	CERTO	119	CERTO
24	CERTO	48	ERRADO	72	CERTO	96	ERRADO	120	CERTO

RANKING EXCLUSIVO

<https://bit.ly/Ranking-Exclusivo-PRF-05-03>

GABARITO DEFINITIVO E RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Ao final do dia 08/03 (quarta-feira), o gabarito definitivo, o ranking geral e os relatórios detalhados de desempenho serão liberados na sua área do aluno.

RECURSOS E SUGESTÕES

O prazo para enviar recursos e sugestões se encerra terça-feira (07/03) às 12h.

<https://bit.ly/Recursos-Área-Policial>

INGLÊS

Texto para as questões de 1 a 8.

Iran investigates poisoning of hundreds of schoolgirls with toxic gas

1. Almost 700 girls have been poisoned by toxic gas in Iran since November, in what many believe is a deliberate attempt to force their schools to shut. No girls have died, but dozens have suffered respiratory problems, nausea, dizziness and fatigue. "It became evident that some people wanted all schools, especially girls' schools, to be closed down," the deputy health minister said on Sunday. However, he later said that his remarks had been misunderstood.

2. The prosecutor general announced last week that he was opening a criminal investigation. However, he said that the available information only indicated "the possibility of criminal and premeditated acts". Meanwhile, public frustration is continuing to grow.

3. The first poisoning took place on 30 November, when 18 students from the Nour Technical School in the religious city of Qom were taken to hospital. Since then, more than 10 girls' schools have been targeted in the surrounding province. At least 194 girls are reported to have been poisoned in the past week at four schools in the city of Borujerd, in the western province of Lorestan. And on Tuesday another 37 students were poisoned at the Khayyam Girls' School in Pardis, near the capital Tehran. The poisoned girls have reported the smell of tangerine or rotten fish before falling ill.

4. "This is a war!" declared a woman. "They are doing this in a girls' high school in Qom to force us to sit at home. They want girls to stay at home." Some parents have said their children were ill for weeks after the poisoning. A video from a hospital shows a teenage girl lying dazed on a bed, with her mother beside her. "Dear mothers, I'm a mother and my child is in a hospital bed and her limbs are weak," says the distraught mother. "I pinch her but she doesn't feel anything. Please don't send your children to school."

5. At a news conference on Sunday, Deputy Health Minister Younes Panahi said the girls had been poisoned by chemicals that "are not military grade and are publicly available". "The pupils do not need any invasive treatment and it's necessary to maintain calm," he added. Dr Panahi's comment that it was "evident that

some people wanted all schools... to be closed down" appeared to confirm the government believed the poisonings were premeditated.

In: <https://www.bbc.com/news>. <Adopted>

Concerning the previous text and its linguistic aspects, judge the following items.

01. According to the text, many girls have died because of toxic gas poisoning in Iran since November.

Gabarito: Errado

Comentário:

Tradução da questão: De acordo com o texto, muitas meninas morreram por causa do envenenamento com gás tóxico no Irã desde novembro.

Logo no primeiro parágrafo, o texto nos informa os dados da quantidade de garotas envenenadas, mortas e que tiveram algum efeito colateral pelo envenenamento, veja:

"Almost 700 girls have been poisoned by toxic gas in Iran since November, in what many believe is a deliberate attempt to force their schools to shut. No girls have died, but dozens have suffered respiratory problems, nausea, dizziness and fatigue."

→ *Quase 700 meninas foram envenenadas por gás tóxico no Irã desde novembro, no que muitos acreditam ser uma tentativa deliberada de forçar o fechamento de suas escolas. Nenhuma menina morreu, mas dezenas sofreram problemas respiratórios, náuseas, tonturas e fadiga.*

Apesar do grande número de envenenamento e por várias meninas estarem sofrendo seus efeitos colaterais, não há registro de morte. Portanto, a afirmativa está ERRADA.

02. It is possible to affirm that people behind the poisonings want to decimate the Iranian women.

Gabarito: Errado

Comentário:

Tradução da questão: É possível afirmar que as pessoas por trás dos envenenamentos desejam dizimar as mulheres iranianas.

Ao longo do texto, percebemos que os indícios apontam para a premeditação dos envenenamentos por uma razão: fechar as escolas, principalmente as femininas. Veja os trechos a seguir:

"It became evident that some people wanted all schools, especially girls' schools, to be closed down," the deputy health minister said on Sunday."

→ *Ficou evidente que algumas pessoas queriam que todas as escolas, especialmente as femininas, fossem fechadas", disse o vice-ministro da saúde no domingo*

"This is a war!" declared a woman. "They are doing this in a girls' high school in Qom to force us to sit at home. They want girls to stay at home."

→ *"Isto é uma guerra!" declarou uma mulher. "Eles estão fazendo isso em uma escola secundária para meninas em Qom para nos forçar a ficar em casa. Eles querem que as meninas fiquem em casa."*

Logo, de acordo com as informações contidas no texto, o foco dos ataques não está em querer dizimar as mulheres, mas na tentativa de afastá-las da escola e mantê-las em casa. Portanto, afirmativa ERRADA.

03. According to the text, all cases of poisoning occurred at the same time.

Gabarito: Errado

Comentário:

Tradução da questão: Todos os casos de envenenamento ocorreram ao mesmo tempo.

Nada disso! O texto relata, em seu terceiro parágrafo, como ocorreu a cronologia dos envenenamentos. Perceba que os casos ocorreram em momentos diferentes:

"The first poisoning took place on 30 November, when 18 students from the Nour Technical School

in the religious city of Qom were taken to hospital. Since then, more than 10 girls' schools have been targeted in the surrounding province. At least 194 girls are reported to have been poisoned in the past week at four schools in the city of Borujerd, in the western province of Lorestan. And on Tuesday another 37 students were poisoned at the Khayyam Girls' School in Pardis, near the capital Tehran."

→ *O primeiro envenenamento ocorreu em 30 de novembro, quando 18 alunos da Escola Técnica de Nour, na cidade religiosa de Qom, foram levados ao hospital. Desde então, mais de 10 escolas femininas foram atacadas na província vizinha. Pelo menos 194 meninas foram envenenadas na semana passada em quatro escolas da cidade de Borujerd, na província ocidental de Lorestan. E na terça-feira outras 37 alunas foram envenenadas na Khayyam Girls' School em Pardis, perto da capital Teerã.*

Portanto, questão ERRADA.

04. There is a common characteristic among the girls who have been poisoned.

Gabarito: Certo

Comentário:

Tradução da questão: Há uma característica em comum entre as garotas que foram envenenadas

No final do 3º parágrafo, o autor aponta essa característica em comum entre as garotas que foram envenenadas: elas relataram o cheiro de tangerina ou peixe podre antes de adoecer.

"The poisoned girls have reported the smell of tangerine or rotten fish before falling ill."

Portanto, afirmativa CERTA.

05. The word "pupils" in "The pupils do not need any invasive treatment" is a synonym for "girls".

Gabarito: Errado

Comentário:

Tradução da questão: A palavra “pupils” em “The pupils do not need any invasive treatment” é um sinônimo para “girls”.

A palavra “pupils” não é sinônimo de “girls” (garotas). **Trata-se, na verdade, de um sinônimo para “students”.** “Pupils” e “students” são palavras traduzidas para o português como “estudantes / alunos”. A diferença entre elas é bem sutil: “pupil” é usada no inglês britânico para se referir a estudantes que vão ao colégio, enquanto “students” se refere a estudantes que já terminaram a escola. Por outro lado, no inglês americano, “pupil” e “students” são palavras usadas para se referir a estudantes de maneira geral, embora a segunda seja mais usada. Portanto, a afirmativa está ERRADA.

06. Without changing the meaning, the word “meanwhile” (2nd paragraph) could be correctly replaced by “therefore”.

Gabarito: Errado**Comentário:**

Tradução da questão: Sem mudança de sentido, a palavra “meanwhile” (2º parágrafo) poderia ser corretamente substituída por “therefore”.

“The prosecutor general announced last week that he was opening a criminal investigation. However, he said that the available information only indicated “the possibility of criminal and premeditated acts”. Meanwhile, public frustration is continuing to grow.”

→ O procurador-geral anunciou na semana passada que estava abrindo uma investigação criminal. No entanto, disse que as informações disponíveis apenas indicam “a possibilidade de atos criminosos e premeditados”. **Enquanto isso**, a frustração pública continua a crescer.

“Meanwhile” e “therefore” não possuem o mesmo sentido. “Meanwhile” é um advérbio e se refere ao período em que algo ocorre, podendo ser traduzido para o português como “enquanto isso”.

“Therefore”, por sua vez, pode atuar como advérbio ou conjunção e possui sentido de conclusão, podendo ser traduzido para o português como “portanto / dessa forma / consequentemente”. Logo, afirmativa ERRADA.

07. The underlined term in “A video from a hospital shows a teenage girl lying dazed on a bed, with her mother beside her” refers to “teenage girl”.

Gabarito: Certo**Comentário:**

Tradução da questão: O termo sublinhado em “A video from a hospital shows a teenage girl lying dazed on a bed, with her mother beside her” refere-se a “teenage girl”.

Vamos analisar a frase a seguir:

→ Um vídeo de um hospital mostra uma **adolescente** deitada atordoada em uma cama, com **sua** mãe ao lado dela.

O termo sublinhado “her” é um pronome possessivo. Perceba que ele indica uma “posse”. De quem é a mãe mencionada no trecho? Da adolescente (teenage girl). Portanto, afirmativa CERTA.

08. The word “almost” could be correctly replaced by “nearly” in the first paragraph.

Gabarito: Certo**Comentário:**

Tradução da questão: A palavra “almost” poderia ser substituída corretamente por “nearly” no primeiro parágrafo.

Isso mesmo! As palavras “almost” e “nearly” são advérbios sinônimos, podendo ser traduzidas como “quase”.

“Almost 700 girls have been poisoned by toxic gas in Iran since November”

→ **Quase** 700 meninas foram envenenadas por gás tóxico no Irã desde novembro.

Portanto, alternativa CERTA.

LÍNGUA PORTUGUESA / REDAÇÃO OFICIAL

Texto para as questões 9 a 22.

Os discos solares que podem garantir energia à Terra a partir do espaço

1. Parece ficção científica: usinas solares gigantescas flutuando no espaço que enviam enormes quantidades de energia para a Terra. E por muito tempo, o conceito — desenvolvido pela primeira vez pelo cientista russo Konstantin Tsiolkovsky, na década de 1920 — foi sobretudo uma inspiração para escritores. Um século depois, no entanto, os cientistas estão fazendo grandes avanços para transformar o conceito em realidade.
2. A Agência Espacial Europeia percebeu o potencial desses esforços e agora está buscando financiar projetos nesta área, prevendo que o primeiro recurso industrial que obteremos do espaço será "energia irradiada". A mudança climática é o maior desafio do nosso tempo, então há muita coisa em jogo. Do aumento das temperaturas globais até as alterações nos padrões climáticos, os impactos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos em todo o mundo. Superar esse desafio exigirá mudanças radicais na forma como geramos e consumimos energia.
3. As tecnologias de energia renovável se desenvolveram drasticamente nos últimos anos, com maior eficiência e menor custo. Mas uma grande barreira para sua adoção é o fato de que não fornecem um abastecimento constante de energia. As fazendas eólicas e solares produzem energia apenas quando o vento sopra ou o sol brilha — mas precisamos de eletricidade 24 horas por dia, todos os dias. Em última análise, precisamos de uma forma de armazenar energia em grande escala antes de fazer a troca para fontes renováveis.
4. Uma possível maneira de contornar isso seria gerar energia solar no espaço. Há muitas vantagens nisso. Uma estação de energia solar baseada no espaço poderia orbitar a face do Sol 24 horas por dia. A atmosfera da Terra também

absorve e reflete parte da luz do Sol, de modo que as células fotovoltaicas acima da atmosfera vão receber mais luz solar e produzir mais energia. Mas um dos principais desafios a serem vencidos é como montar, lançar e implantar estruturas tão grandes. Uma única estação de energia solar pode ter que cobrir 10 km² — o equivalente a 1,4 mil campos de futebol. Usar materiais leves também será fundamental, já que a maior despesa será o custo de lançar a estação ao espaço em um foguete.

5. Uma solução proposta é desenvolver uma série de milhares de satélites menores que vão se unir e se configurar para formar um único grande gerador solar. Em 2017, pesquisadores do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) esboçaram designs para uma estação de energia modular, consistindo de milhares de telhas de células fotovoltaicas ultraleves. Eles também apresentaram um protótipo de telha que pesa apenas 280g por metro quadrado, semelhante ao peso de um cartão.
6. Recentemente, avanços nos processos de fabricação, como a impressão 3D, também estão sendo analisados no que se refere ao seu potencial para energia espacial. Na Universidade de Liverpool, no Reino Unido, estamos explorando novas técnicas para imprimir células fotovoltaicas ultraleves em velas solares. Uma vela solar é uma membrana dobrável, leve e altamente refletora, capaz de aproveitar o efeito da pressão da radiação do Sol para impulsionar uma espaçonave sem combustível. Estamos explorando como incorporar células fotovoltaicas em estruturas de velas para criar grandes estações de energia sem combustível.
7. Esses métodos nos permitiriam construir as usinas de energia no espaço. Na verdade, um dia poderá ser possível fabricar e implantar unidades no espaço a partir da Estação Espacial Internacional ou da futura estação lunar, chamada Gateway, que orbitará a Lua. Esses dispositivos poderiam, na verdade, ajudar a fornecer energia à Lua.

8. As possibilidades não param por aí. Embora atualmente dependamos de materiais da Terra para construir usinas de energia, os cientistas também estão considerando o uso de recursos do espaço para a fabricação das mesmas, como materiais encontrados na Lua. Mas um dos maiores desafios pela frente será fazer com que a energia seja transmitida de volta à Terra. O plano é converter a eletricidade das células fotovoltaicas em ondas de energia e usar campos eletromagnéticos para transferi-los para uma antena na superfície da Terra. A antena converteria então as ondas de volta em eletricidade.

9. Pesquisadores liderados pela Agência de Exploração Aeroespacial do Japão já desenvolveram designs e apresentaram um sistema orbital que deve ser capaz de fazer isso. Ainda há muito trabalho a ser feito nessa área, mas o objetivo é que as usinas solares no espaço se tornem uma realidade nas próximas décadas. Pesquisadores na China desenvolveram um sistema chamado Omega, que eles pretendem que esteja operacional em 2050. Esse sistema deve ser capaz de fornecer 2 GW de energia à rede da Terra em seu pico de desempenho, o que é uma quantidade enorme. Para produzir tanta energia com painéis solares na Terra, você precisaria de mais de seis milhões deles.

10. Satélites de energia solar menores, como aqueles projetados para abastecer os rovers (veículos robóticos) lunares, podem estar operacionais mais cedo ainda. Em todo o mundo, a comunidade científica está dedicando tempo e esforço ao desenvolvimento de usinas solares no espaço. Nossa esperança é que um dia elas possam ser uma ferramenta vital em nossa luta contra as mudanças climáticas.

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-55467576> Acesso em 19/02/2023 (Texto com adaptações)

09. De acordo com as ideias apresentadas no texto, os cientistas estão fazendo grandes avanços para transformar a ideia de usinas solares no espaço em

realidade, e a Agência Espacial Europeia está buscando financiar projetos nessa área, prevendo que o primeiro recurso industrial que obteremos do espaço será “energia irradiada”.

Gabarito: Certo

Comentário:

O item está correto. O texto explica que há muitas vantagens em gerar energia solar no espaço, como a capacidade de orbitar a face do Sol 24 horas por dia e de receber mais luz solar e de produzir mais energia, já que a atmosfera da Terra absorve e reflete parte da luz do Sol. Ainda, o texto sinaliza soluções propostas pelos cientistas, como desenvolver uma série de milhares de satélites menores que vão se unir e se configurar para formar um único grande gerador solar, além de explorar novas técnicas para imprimir células fotovoltaicas ultraleves em velas solares.

Além disso, o texto demonstra que esses métodos permitiriam a construção de usinas de energia no espaço e, no futuro, a utilização de materiais encontrados na Lua para fabricá-las. Contudo, um dos maiores desafios será fazer com que a energia seja transmitida de volta à Terra. Veja: “***Um século depois, no entanto, os cientistas estão fazendo grandes avanços para transformar o conceito em realidade.***”

10. De acordo com o texto, uma das principais vantagens de gerar energia solar no espaço é a facilidade de montagem e de lançamento em relação à energia terrestre.

Gabarito: Errado

Comentário:

Na verdade, a montagem e o lançamento são apresentados como desafios e não como vantagens. Observe:

“*Uma possível maneira de contornar isso seria gerar energia solar no espaço. Há muitas vantagens nisso. Uma estação de energia solar baseada no espaço poderia orbitar a face do Sol 24 horas por dia. A atmosfera da Terra também absorve e*

reflete parte da luz do Sol, de modo que as células fotovoltaicas acima da atmosfera vão receber mais luz solar e produzir mais energia. Mas um dos principais desafios a serem vencidos é como montar, lançar e implantar estruturas tão grandes. Uma única estação de energia solar pode ter que cobrir 10 km² — o equivalente a 1,4 mil campos de futebol. Usar materiais leves também será fundamental, já que a maior despesa será o custo de lançar a estação ao espaço em um foguete.”

- 11.** Ainda sobre as ideias do texto, um dos maiores desafios enfrentados pelos cientistas que consideram o uso de materiais encontrados na Lua para construir usinas de energia no espaço é o impasse relacionado à transferência da energia de volta à Terra.

Gabarito: Certo

Comentário:

É isso mesmo. Confira o que diz o texto:

“As possibilidades não param por aí. Embora atualmente dependamos de materiais da Terra para construir usinas de energia, os cientistas também estão considerando o uso de recursos do espaço para a fabricação das mesmas, como materiais encontrados na Lua. Mas um dos maiores desafios pela frente será fazer com que a energia seja transmitida de volta à Terra. O plano é converter a eletricidade das células fotovoltaicas em ondas de energia e usar campos eletromagnéticos para transferi-los para uma antena na superfície da Terra. A antena converteria então as ondas de volta em eletricidade.”

- 12.** No décimo parágrafo, o termo “vital” foi empregado com sentido de “essencial”, uma vez que demonstra a importância das usinas solares em relação às mudanças climáticas.

Gabarito: Certo

Comentário:

Satélites de energia solar menores, como aqueles projetados para abastecer os rovers (veículos robóticos) lunares, podem estar operacionais mais cedo ainda. Em todo o mundo, a comunidade científica está dedicando tempo e esforço ao desenvolvimento de usinas solares no espaço. Nossa esperança é que um dia elas possam ser uma ferramenta **vital** em nossa luta contra as mudanças climáticas.

Observe o que diz o dicionário Aulete Digital a respeito do termo:

(vi.tal)

a2g

1. Ref. a vida (ciclo vital).
2. Que torna possível a manutenção da vida (funções vitais).
3. Que faz com que algo tenha vida ou vigor: *A liberdade de expressão é um princípio vital da democracia.*
4. Que é essencial, fundamental: *Aquilo era de vital importância para o seu sucesso.*

- 13.** Para evitar a ambiguidade do primeiro período do primeiro parágrafo, o trecho poderia ser reescrito da seguinte forma: “Parece ficção científica: usinas solares gigantescas que enviam enormes quantidades de energia para a Terra flutuando no espaço.”

Gabarito: Certo

Comentário:

É isso mesmo, a mudança da oração subordinada adjetiva restritiva para depois de “usinas solares gigantescas” desfaz a ambiguidade apresentada no segmento. Veja:

- “Parece ficção científica: usinas solares gigantescas flutuando no espaço que enviam enormes quantidades de energia para a Terra.””
- “Parece ficção científica: usinas solares gigantescas que enviam enormes quantidades de energia para a Terra flutuando no espaço.””

- 14.** No sexto parágrafo, o termo “como” foi empregado para introduzir um exemplo.

Gabarito: Certo

Comentário:

"Recentemente, **avanços nos processos de fabricação, como a impressão 3D**, também estão sendo analisados no que se refere ao seu potencial para energia espacial." = nesse caso, "impressão 3D" é um exemplo dos avanços nos processos de fabricação.

15. Destacados no nono parágrafo, o termo "o" exerce a mesma função morfológica.

Gabarito: Errado

Comentário:

O termo "o" foi destacado em dois momentos do nono parágrafo, mas ele não exerce a mesma função morfológica, uma vez que a primeira ocorrência funciona como um **artigo definido** que qualifica o substantivo "objetivo", enquanto a segunda ocorrência funciona como um **pronome demonstrativo**. Veja:

"Ainda há muito trabalho a ser feito nessa área, mas o objetivo é que as usinas solares no espaço se tornem uma realidade nas próximas décadas. Pesquisadores na China desenvolveram um sistema chamado Omega, que eles pretendem que esteja operacional em 2050. Esse sistema deve ser capaz de fornecer 2 GW de energia à rede da Terra em seu pico de desempenho, o que é uma quantidade enorme."

16. No primeiro período do sexto parágrafo, estariam prejudicadas a correção gramatical caso a expressão "se refere ao seu potencial" fosse reescrita como "refere-se ao seu potencial".

Gabarito: Certo

Comentário:

Nesse caso, apenas a **próclise** é aceita porque temos a palavra atrativa "que":

- Recentemente, avanços nos processos de fabricação, como a impressão 3D, também estão sendo analisados no **que** se refere ao seu potencial para energia espacial.

17. A forma verbal "apresentaram" (primeiro período do nono parágrafo) estabelece concordância com o termo "designs", imediatamente anterior.

Gabarito: Errado

Comentário:

Na verdade, a forma verbal "apresentaram" (primeiro período do nono parágrafo) estabelece concordância com o termo "pesquisadores". Veja:

- **Pesquisadores** liderados pela Agência de Exploração Aeroespacial do Japão já desenvolveram designs e apresentaram um sistema orbital que deve ser capaz de fazer isso.

18. No nono parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase em "à rede" deve-se à regência do nome "energia" e à determinação do vocábulo "rede" por artigo definido.

Gabarito: Errado

Comentário:

"Esse sistema deve ser capaz de fornecer 2 GW de energia à rede da Terra em seu pico de desempenho, o que é uma quantidade enorme." = nesse caso, o sinal indicativo de crase ocorre porque o verbo "fornecer" é **bitransitivo**, ou seja, exige um completo direto (trecho sublinhado) e um completo indireto.

19. No segundo parágrafo do texto, o termo "até" classifica-se como advérbio.

Gabarito: Errado

Comentário:

Quando utilizado para *indicar a distância limite no espaço a que se chega ou se quer ou se pode chegar* ou *designar um tempo limite em que alguma coisa termina ou deve terminar*, o termo "até" funciona como uma **preposição**. Por outro lado, quando utilizado para *indicar inclusão ou o*

indicar o máximo que se pode fazer, o termo “até” funciona como um **advérbio**. No texto apresentado, o termo “até” se encaixa na primeira classificação, **preposição**. Veja:

“Se você conseguir reter esse pensamento até adormecer, terá mais chances de ter um sonho lúcido.”

20. No quinto parágrafo, o segmento “que pesa apenas 280g por metro quadrado” funciona como uma oração subordinada adjetiva explicativa.

Gabarito: Errado

Comentário:

“Eles também apresentaram um protótipo de telha que pesa apenas 280g por metro quadrado, semelhante ao peso de um cartão.” = na verdade, o trecho em destaque é uma **oração subordinativa adjetiva restritiva**. Lembrando que as orações subordinadas adjetivas explicativas são apresentadas entre vírgulas, enquanto as orações subordinadas adjetivas restritivas não.

21. Os termos “Califórnia”, “eficiência” e “renovável” podem seguir duas regras de acentuação diferentes.

Gabarito: Errado

Comentário:

Os dois primeiros termos podem seguir duas regras de acentuação diferentes, ou seja, eles podem ser considerados **paroxítonas** ou **proparoxítonas eventuais**, mas a segunda palavra segue apenas uma regra, a das **paroxítonas**.

22. No segundo período do décimo parágrafo, a forma verbal “está” apresenta sujeito oculto, cujo referente é “energia”, no período imediatamente anterior.

Gabarito: Errado

Comentário:

Não se trata de um sujeito oculto e sim de **sujeito simples**. Veja:

*“Em todo o mundo, a **comunidade científica** está dedicando tempo e esforço ao desenvolvimento de usinas solares no espaço.”*

Considerando a redação oficial, nos termos do Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir.

23. Os princípios da redação oficial são um conjunto de regras e orientações que visam garantir a clareza, a precisão e a formalidade da comunicação escrita em documentos oficiais.

Gabarito: Certo

Comentário:

Esse é um resumo da redação oficial. Além disso, os princípios são:

- **Clareza:** o documento oficial deve ser clara e objetiva, evitando ambiguidades, obscuridades e redundâncias;
- **Concisão:** o texto deve ser conciso e direto ao ponto, evitando o uso de expressões desnecessárias ou redundantes;
- **Formalidade:** a redação oficial deve seguir uma linguagem formal e adequada ao contexto, evitando gírias, expressões coloquiais e linguagem técnica desnecessária;
- **Impessoalidade:** a linguagem deve ser impessoal, evitando o uso de pronomes pessoais e expressões subjetivas;
- **Precisão:** as informações contidas no texto devem ser precisas e corretas, evitando erros de informação, gramaticais ou ortográficos;
- **Coesão e coerência:** o texto deve ser coeso e coerente, com uma sequência lógica de ideias e argumentos;

- Padronização:** documentos oficiais devem seguir formalidades específicas, como a utilização de formatação adequada.

Esses princípios visam garantir a qualidade da comunicação escrita em documentos oficiais, facilitando a compreensão, a interpretação e a aplicação das informações contidas nos textos oficiais.

24. Os textos e documentos oficiais devem seguir a normatização prescrita pelos dicionários e pelas gramáticas tradicionais.

Gabarito: Certo

Comentário:

É justamente isso, os documentos oficiais devem seguir as normas da língua padrão e serem claros, objetivos e coerentes para que possam ser compreendidos por todos. Além disso, é importante lembrar que as normas da língua padrão incluem não apenas a gramática e o vocabulário, mas também a sintaxe, a ortografia, a pontuação e a escolha das palavras adequadas para o contexto.

25. De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República (2018), digitação sem erros, uso de papéis uniformes para o texto definitivo (quando se fizer necessária a impressão) e correta diagramação do texto são imprescindíveis à precisão textual.

Gabarito: Errado

Comentário:

Na verdade, o Manual estabelece que “*a digitação sem erros, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo, nas exceções em que se fizer necessária a impressão, e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização.*”

26. Quanto às locuções “um ou outro” ou “nem um, nem outro”, seguidas ou não de substantivo, o emprego do verbo no singular é facultativo.

Gabarito: Errado

Comentário:

Na verdade, em relação às locuções “um ou outro” ou “nem um, nem outro”, seguidas ou não de substantivo, o emprego do verbo no singular é exigido.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Considere as informações a seguir para o julgamento dos itens 27 a 30.

A venda de carros mensal em todo o ano de 2022, na concessionária e revendedora R2Car, considerando sempre o mês anterior, pode ser representada por uma sequência.

A tabela a seguir ilustra os cinco primeiros meses do ano de 2022:

Vendas de carro - Concessionária R2Car					
Meses	Jan	Fev	Mar	Abri	Maio
Unidades vendidas no mês	4	6	10	16	24

27. No mês de agosto foram vendidos exatamente 60 carros.

Gabarito: Certo

Comentário: Vamos, então, desenvolver a sequência apresentada. Notem que o valor a ser somado é sempre o dobro daquele somado no mês anterior. Dessa forma, temos:

- Entre 2º e 1º mês = 2
- Entre 3º e 2º mês = 4
- Entre 4º e 3º mês = 6

E assim por diante. Desenvolvendo a nossa sequência para o ano todo, teremos:

Vendas de carro - Concessionária R2Car												
Meses	Jan	Fev	Mar	Abri	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Unidades vendidas no mês	4	6	10	16	24	34	46	60	76	94	114	136

Dessa forma, verificamos que no mês de **agosto** foram vendidos, de fato, **60 carros**.

Logo, o item está CERTO.

28. Em todo o ano de 2022 foram vendidos mais de 650 carros.

Gabarito: Errado

Comentário: Conforme vimos no desenvolvimento das vendas de carros ao longo dos meses, teremos um total de carros vendidos no ano de 2022:

- $T = 4 + 6 + 10 + 16 + 24 + 34 + 46 + 60 + 76 + 94 + 114 + 136$
- **T = 620 carros.**

Logo, o item está **ERRADO**.

29. Considerando somente os meses de julho e outubro, houve um aumento de mais de 100% no número de unidades de carros vendidos pela concessionária.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, pessoal. Como no mês de julho foram vendidos 46 carros e no mês de outubro foram vendidos 94 carros, temos que o aumento foi superior a 100%, mais precisamente, **104%**.

Portanto, o item está **CERTO**.

30. A divisão entre a média e a mediana das quantidades de carros vendidos ao longo dos meses de 2022 é superior a 1,4.

Gabarito: Errado

Comentário: Reapresentando os valores para todo o ano, temos:

Vendas de carro - Concessionária R2Car												
Meses	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Unidades vendidas no mês	4	6	10	16	24	34	46	60	76	94	114	136

Ao todo foram vendidos 620 carros em 12 meses, logo, a **média** será:

$$M = \frac{620}{12} = \frac{155}{3}$$

Por sua vez, a **mediana** será a média dos dois valores centrais, ou seja, a média entre 34 e 46, logo:

$$Med = \frac{34+46}{2} = 40$$

Por fim, a questão pediu a divisão entre a média e a mediana, o que nos dá:

$$D = \frac{\frac{155}{3}}{40} = \frac{155}{120} = 1,29$$

Portanto, o item está **ERRADO**.

Julgue o item subsequente, relativo à geometria.

31. Um triângulo retângulo teve um de seus catetos aumentado em 20% e o outro cateto reduzido em 20%. Nesse caso, a área do novo triângulo formado, em relação ao original, será 4% menor.

Gabarito: Certo

Comentário: Numa configuração padrão, temos um triângulo retângulo de catetos A e B. Dessa forma, a área é dada por:

$$Sbi = \frac{A \times B}{2}$$

A questão informou que o cateto A aumentou 20% e o cateto B reduziu 20%. Logo, a nova área será:

$$Sbf = \frac{1,2A \times 0,8B}{2} = 0,96 \times \frac{A \times B}{2} = 0,96 Sbi$$

Logo, a área do triângulo final será **4% menor** que a área do triângulo inicial.

Dessa forma, o item está **CERTO**.

Considere as informações a seguir para julgar o item subsequente, relativo à geometria.

Matheus planeja encher um pequeno reservatório cilíndrico, de diâmetro = 30 cm e altura = 50 cm. Sabe-se que ele dispõe de uma torneira cuja vazão é de 2 L/min. Considere $\pi = 3$.

32. O tempo estimado para encher esse reservatório em sua totalidade, utilizando a torneira com a vazão apresentada, é inferior a 17 minutos.

Gabarito: Certo

Comentário: Vamos calcular o volume desse cilindro:

$$V = \pi x r^2 x h$$

Como o raio é a metade do diâmetro, teremos $r = 15\text{ cm}$ e $h = 50\text{ cm}$. Substituindo esses valores:

$$V = 3 x 15^2 x 50$$

$$V = 33.750\text{ cm}^3$$

Contudo, a vazão é dada em L/min. Sabemos, então, que $1\text{L} = 1\text{dm}^3 = 1.000\text{ cm}^3$, logo:

$$\text{Tempo} = \frac{\text{Volume}}{\text{Vazão}} = \frac{33,75\text{ dm}^3}{2\text{ dm}^3/\text{min}} = 16,87\text{ minutos}$$

Portanto, o item está CERTO.

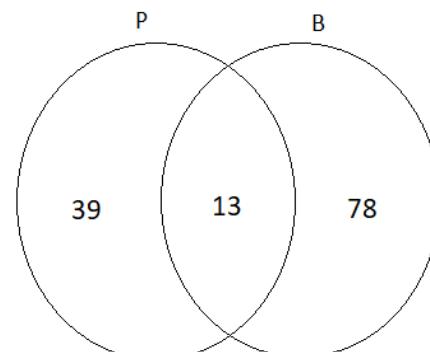
Considere as informações a seguir para o julgamento dos itens 33 e 34.

Foi realizada uma pesquisa na academia “FiqueFino & Cia” acerca da preferência dos alunos entre malhar pernas e malhar braços. 52 alunos afirmaram gostar de malhar pernas, 91 alunos afirmaram gostar de malhar braços, 13 alunos afirmaram gostar de malhar pernas e gostar de malhar braços, 26 alunos afirmaram não gostar de malhar pernas nem gostar de malhar braços. Sabe-se que cada aluno respondeu somente uma vez a pesquisa.

33. O número total de alunos que responderam a pesquisa é inferior a 160.

Gabarito: Certo

Comentário: Com as informações apresentadas, vamos montar o diagrama:



26 - Nenhum

OBS: Notem que $39 + 13 = 52$ que gostam de malhar perna e $13 + 78 = 91$ pessoas que gostam de malhar braço.

Dessa forma, verificamos que o total de alunos (T) foi:

- $T = 39 + 13 + 78 + 26$
- **T = 156 alunos.**

Portanto, o item está CERTO.

34. Ao selecionar aleatoriamente um aluno dessa academia, a probabilidade de ele não gostar de malhar pernas é inferior a 65%.

Gabarito: Errado

Comentário: Conforme vimos no diagrama apresentado, os alunos que não gostam de malhar perna são:

- $N = 78 + 26 = 104$ alunos.

OBS: Notem que 78 gostam somente de malhar braços (ou seja, não gostam de malhar pernas) e 26 não gostam de malhar braços nem pernas.

Como há um total de 156 alunos, a probabilidade será:

$$P = \frac{104}{156} = \frac{2}{3} = 66,6\%$$

Portanto, o item está ERRADO, pois será superior a 65%.

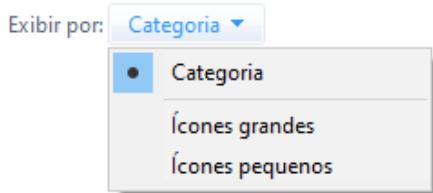
INFORMÁTICA

Considerando o sistema operacional Windows 10, julgue o item a seguir.

35. O painel de controle do sistema operacional Windows 10 pode ser exibido em três modos, quais sejam: modo ícones grandes, modo ícones pequenos e modo categoria. Por padrão, o painel de controle do Windows 10 é exibido no modo ícones grandes.

Gabarito: Errado

Comentário: de fato, existem três modos de exibição disponíveis para o painel de controle do Windows 10, quais sejam: ícones grandes, ícones pequenos e categoria (ver figura a seguir).



No entanto, o modo de exibição padrão do painel de controle do Windows 10 é o “modo categoria”, e não o “modo ícones grandes”.

Com relação aos conceitos de segurança da informação e malwares, julgue os itens subsequentes.

36. Considerando os princípios fundamentais da segurança da informação, tem-se que a confidencialidade busca garantir que a informação requerida esteja correta, fidedigna e que não foi corrompida.

Gabarito: Errado

Comentário: o princípio da confidencialidade trata da capacidade de um sistema de não permitir que informações estejam disponíveis ou sejam reveladas a entidades não autorizadas. Assim, apenas pessoas autorizadas devem ter acesso a

uma informação privada. No que tange a busca por garantir que a informação esteja correta, fidedigna e não corrompida, o princípio da integridade é o que tem esse objetivo.

37. Na criptografia simétrica é utilizado um processo com apenas uma chave secreta, sendo esta utilizada tanto para codificar quanto para decodificar uma informação.

Gabarito: Certo

Comentário: a criptografia simétrica realmente utiliza apenas uma chave secreta para codificar e decodificar uma informação, sendo o compartilhamento dessa chave um risco para a segurança da informação. Ademais, na criptografia assimétrica utiliza-se uma chave pública e uma chave privada, com tecnologias mais avançadas de segurança.

38. *Ransomware Crypto* é um programa malicioso que impede que a vítima acesse o equipamento infectado, exigindo o pagamento de um resgate para restabelecer o acesso.

Gabarito: Errado

Comentário: o programa malicioso *Ransomware* utiliza criptografia para tornar inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, exigindo pagamento de resgate para restabelecer o acesso. Em regra, existem dois tipos desse malware, quais sejam:

- *Ransomware Locker*: impede o acesso ao equipamento infectado;
- *Ransomware Cripto*: impede o acesso aos dados no equipamento infectado;

Assim, o *Ransomware Locker* é aquele que impede que a vítima acesse o equipamento infectado, e não o *Ransomware Crypto*.

Com relação à Internet e as tecnologias relacionadas a web, julgue os itens subsequentes.

39. A extranet é uma rede de computadores corporativa e restrita a um público específico, funcionando como uma extensão da intranet.

Gabarito: Certo

Comentário: a extranet de fato funciona como uma extensão da intranet, possuindo também as características de ser uma rede restrita a um público específico. No caso da extranet, o acesso restrito é direcionado a usuários externos à organização, seja parceiros, fornecedores, clientes, etc. Vale lembrar que tanto a intranet como a extranet utilizam as mesmas tecnologias e protocolos da internet.

40. Nos mecanismos de busca avançada do Google, o operador “cache:” tem a função de realizar o download da página web mais recente do site especificado na pesquisa.

Gabarito: Errado

Comentário: na verdade, o operador de busca avançada “cache:” permite ao usuário visualizar a última versão da página web que foi armazenada pelo Google, não tendo relação com a realização de download da página web.

41. No navegador web Google Chrome, a tecla F1 funciona como um atalho para a obtenção de ajuda e suporte online.

Gabarito: Certo

Comentário: questão que explora os atalhos de teclado do Chrome. Exatamente como descreve a assertiva, a tecla F1 é utilizada para abrir as opções de suporte e ajuda online do Google Chrome.



Como podemos ajudar?

Descreva o problema

No que se refere às tecnologias ligadas ao correio eletrônico, julgue o item a seguir.

42. Em um webmail, diferentemente de um cliente de e-mail, os e-mails jamais ficam disponíveis offline, ou seja, sem acesso à Internet.

Gabarito: Certo

Comentário: em um webmail, necessariamente deve existir conexão à Internet para o usuário conseguir acessar os seus e-mails, uma vez que os mesmos são salvos unicamente, em regra, na nuvem da plataforma, além de o próprio software depender de conexão à Internet para ser acessado. Já nos clientes de e-mail, como são programas instalados na máquina do usuário, é possível o acesso aos e-mails mesmo estando offline. Vale destacar que para haver o envio ou o recebimento de e-mails sempre deve existir conexão à Internet, seja nos webmails ou nos clientes de e-mail.

FÍSICA

Situação hipotética: Considere que um veículo encontra-se em uma estrada em repouso e a partir de determinado instante o motorista engate a primeira marcha e inicie o movimento, chegando a uma velocidade de 36km/h num intervalo de tempo de 5s. Considerando os aspectos ligados à Física do movimento veicular, julgue os itens abaixo.

43. Durante o movimento, o veículo desenvolveu uma aceleração de $7,2\text{m/s}^2$.

Gabarito: Errado

Comentário:

O cálculo da aceleração do veículo pode ser feito usando a variação de velocidade e o intervalo de tempo em que essa variação ocorre.

Cuidado apenas com as unidades, pois a velocidade foi dada em km/h, portanto, precisaremos transformar para m/s, dividindo por 3,6.

Assim,

$$a = \frac{\Delta V}{\Delta t} = \frac{36/3,6 - 0}{5} = 2m/s^2$$

44. A força que possibilitou o movimento do veículo “para frente” foi a força de atrito.

Gabarito: Certo

Comentário:

O atrito é responsável por empurrar o veículo para frente, uma vez que ele se opõe à tendência de movimento relativo entre as rodas e o asfalto. A roda tenta jogar o asfalto para trás, quando acionada pelo motor, este, por sua vez, empurra a roda para frente, junto com o veículo, por meio de uma força de reação, tudo em conformidade com a terceira lei de Newton.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 45 E 46

Um dos dispositivos mais utilizados em perícia balística é a gelatina balística que, por sua capacidade de simular a densidade e a viscosidade dos tecidos humanos, é bastante utilizado pela polícia forense em investigações criminais. Considerando que em um laboratório é feito um experimento com gelatina balística em que um projétil de massa 20g é disparado com velocidade de 500m/s sobre um bloco gelatinoso de 10kg. Este projétil emerge da gelatina com uma velocidade de 100 m/s fazendo com que o bloco gelatinoso se desloque 10cm sobre a superfície horizontal até parar. Adotando-se $g=10 m/s^2$, julgue os itens abaixo.

45. A colisão entre o projétil e o bloco é classificada como inelástica.

Gabarito: Errado

Comentário:

Note que para a colisão ser inelástica, os dois corpos devem seguir juntos após a colisão (colisão bate e gruda), o que não ocorre na situação acima, demonstrando que a colisão não é inelástica. No caso da questão a colisão é parcialmente elástica, pois há uma perda de energia cinética envolvida

nos corpos, por conta da redução de velocidade do projétil, que chegou com 500m/s e emergiu do bloco com 100m/s.

46. O coeficiente de atrito entre o bloco e a superfície sobre a qual repousa é menor que 0,5

Gabarito: Certo

Comentário:

Para calcular o coeficiente de atrito entre o bloco e a superfície, devemos realizar primeiramente o cálculo da velocidade do bloco gelatinoso após a colisão e para isso utilizaremos a conservação da quantidade de movimento, pois toda colisão é um sistema isolado.

$$\overset{\leftrightarrow}{Q}_0 = \overset{\leftrightarrow}{Q}_f$$

$$m.V_0 = m.V_f + M.V_f'$$

$$0,02 \times 500 = 0,02 \times 100 + 10 \times V_f'$$

$$10 \times V_f' = 10 - 2$$

$$10 \times V_f' = 8$$

$$V_f' = 0,8 m/s$$

Agora, de posse desse valor, vamos usar a segunda lei de Newton para calcular o valor do coeficiente de atrito, lembrando que o atrito será a força resultante no bloco.

$$F_{res} = m.a$$

$$\mu.N = m.a$$

$$\mu.m.g = m.a$$

$$\mu = a/g$$

Mas a desaceleração desse bloco pode ser calculada usando-se a equação de torricelli, lembrando que o bloco para ao final dos 10cm

$$V^2 = V_0^2 - 2.a.\Delta S$$

$$0 = 0,8^2 - 2.a.0,1$$

$$0,2a = 0,64$$

$$a = 3,2 m/s^2$$

Agora, basta voltar ao coeficiente de atrito:

$$\mu = a / g$$

$$\mu = 3,2 / 10$$

$$\mu = 0,32$$

O item está correto, pois o coeficiente é menor que 0,5.

47. Testes de segurança e conforto são comuns na fase de desenvolvimento tecnológico de veículos automotores. O teste de conforto garante que a aceleração máxima do veículo não ultrapasse o valor de 1/10 da aceleração da gravidade (g). Durante o teste, o veículo partiu do repouso e manteve a metade da aceleração máxima permitida percorrendo uma distância de 100 metros em linha reta.

Considerando $g = 10 \text{ m/s}^2$, é correto afirmar que o módulo da variação de velocidade, em km/h, nesse teste foi maior que 30km/h.

Gabarito: Certo

Comentário:

Para calcular a velocidade final, vamos usar a equação de Torricelli.

$$V^2 = V_0^2 + 2.a.\Delta S$$

$$V^2 = 0^2 + 2 \cdot \frac{1}{20} \cdot 10 \cdot 100$$

$$V^2 = 100$$

$$V = 10 \text{ m/s}$$

A variação (final – inicial) foi de $10\text{m/s} - 0\text{m/s} = 10\text{m/s}$. Assim, podemos dizer que a variação foi de 10m/s , que, transformando para km/h resulta num valor igual a 36km/h , portanto, maior que 30km/h .

48. Considere que durante uma corrida em ambiente controlado um veículo de “arrancada”, de massa de uma tonelada, desenvolva uma potência média de 200CV, em um intervalo de

tempo de 10s. É correto afirmar que a velocidade alcançada por ele é maior que 200km/h

Dado: $1\text{CV} = 735\text{W}$.

Gabarito: Errado

Comentário:

Vamos usar a fórmula da potência média para calcular a variação de energia cinética que o veículo teve durante o movimento:

$$Pot_m = \frac{\Delta E_{cin}}{\Delta t}$$

$$200 \times 735 = \frac{\Delta E_{cin}}{10}$$

$$\Delta E_{cin} = 10 \times 200 \times 735$$

$$\Delta E_{cin} = 1.470.000$$

Vamos agora utilizar a fórmula da energia cinética, lembrando que o veículo parte do repouso, portanto, a energia cinética inicial é nula.

$$E_{cin_f} - 0 = 1.470.000$$

$$\frac{mV_f^2}{2} = 1.470.000$$

$$1000 \times V_f^2 = 2.940.000$$

$$V_f^2 = 2.940$$

$$V_f = 54,3 \text{ m/s}$$

Transformando:

$$V_f = 54,3 \times 3,6 = 195,2 \text{ km/h}$$

Assim, a velocidade foi menor que 200km/h.

ÉTICA E CIDADANIA

49. Em relação aos conceitos de ética e moral, julgue os itens a seguir.

A ética, de natureza objetiva, volta-se prioritariamente ao interesse coletivo, sendo um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente! A ética vem do grego “ethos”, que, originariamente, significa “caráter” e está ligada ao estudo da conduta humana. A ética é uma ciência de estudo da filosofia, pautada no indivíduo e tem como finalidade possibilitar o equilíbrio e bom funcionamento social. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social. Ademais, ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. Ela é objetiva e ocupa-se essencialmente do interesse coletivo. A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais, ou seja, antecede qualquer lei ou código.

50. A Teoria Kantiana (Individualista) propõe que os conceitos éticos sejam obtidos de uma fonte externa ao ser humano, a qual pode ser um livro, um conjunto de regras, ou até mesmo outro ser humano.

Gabarito: Errado

Comentário: Tal conceito se refere, na verdade, à Teoria Fundamentalista. A Teoria Kantiana, por sua vez, foi defendida por Immanuel Kant e conclamava as pessoas a saírem da heteronímia (condição em que se é guiado por outros), que representava o poder das tradições e das crenças, para passar a exercer a autonomia, guiando-se exclusivamente pela própria razão, promovendo o próprio interesse. O indivíduo deveria buscar em sua própria razão as regras do que é certo e justo e fundar nelas a sua conduta moral, ou seja, o indivíduo deve agir em conformidade com as regras que ele próprio dita para si e que não precisam necessariamente estar em conformidade com as regras sociais. A essência é que "os fins justificam os meios".

51. O Decreto 6.029/2007 instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Em relação a ele, julgue os itens subsequentes.

Compete ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal contribuir para a implementação de políticas públicas, tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública.

Gabarito: Certo

Comentário: É isso mesmo, trata-se de uma das competências do Sistema de Gestão da Ética (art. 1º, II), que é integrado pela Comissão de Ética Pública (CEP), pelas Comissões de Ética de que trata o [Decreto nº 1.171/1994](#) e pelas demais Comissões de Ética e equivalentes nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal. Vejamos abaixo a literalidade da norma.

“Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Federal, competindo-lhe:

I - integrar os órgãos, programas e ações relacionadas com a ética pública;

II - contribuir para a implementação de políticas públicas tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública;

III - promover, com apoio dos segmentos pertinentes, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e de gestão relativos à ética pública;

IV - articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do Estado brasileiro.”

52. A Comissão de Ética Pública (CEP) será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência jurídica, designados pelo Presidente da República, para mandatos de dois anos, não coincidentes, sendo vedada a recondução.

Gabarito: Errado

Comentário: A assertiva possui vários erros: primeiramente, é exigido dos membros da CEP notória experiência em administração pública (e não jurídica); ademais, o mandato de seus membros é de três anos (e não dois); por fim, cabe salientar que não é vedada a recondução, sendo permitida uma única recondução ao final do período de dois anos. Vejamos o texto legal do decreto nº 6.029/2007:

"Art. 3º A CEP será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução."

53. O Decreto 1.171/94 aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Assim, é correto afirmar que:

É dever fundamental do servidor público ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter; além disso, deve escolher, sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para a Administração Pública.

Gabarito: Errado

Comentário: Não, não, não! Clássica pegadinha sobre esse inciso (rsrs), pois, na verdade, havendo duas opções, o servidor deverá aquela mais benéfica para o bem comum, e não para a Administração. Vale lembrar que o bem comum pode se distanciar bastante da Administração Pública, tome cuidado!

"XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;"

54. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal assevera que:

No serviço público, apenas a ausência injustificada que cause dano à Administração Pública é fator de desmoralização do serviço público.

Gabarito: Errado

Comentário: Não é isso que diz o decreto! Na verdade, toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, conduzindo quase sempre à desordem nas relações humanas. Assim, não é necessário que a ausência injustificada cause dano, bastando que esta ocorra. Vejamos:

"XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas."

55. Tendo em vista as disposições da Exposição de Motivos nº 37/2000, julgue o item a seguir.

O Código de Conduta da Alta Administração Federal deve valer como compromisso moral das autoridades integrantes da alta administração federal, a exemplo dos Ministros de Estado, com o Chefe de Governo proporcionando elevado padrão de comportamento ético capaz de assegurar, em todos os casos, a lisura e a transparência dos atos praticados na condução da coisa pública.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, a assertiva descreve com perfeição o compromisso estampado no Código de Conduta da Alta Administração Federal. É de se salientar que essa norma tem como destinatários os titulares dos altos cargos da administração federal, dentre eles o de Ministro de Estado. Vejamos a base legal da assertiva:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

[...]

Este Código, antes de tudo, valerá como compromisso moral das autoridades integrantes da Alta Administração Federal com o Chefe de Governo, proporcionando elevado padrão de comportamento ético capaz de assegurar, em todos os casos, a lisura e a transparência dos atos praticados na condução da coisa pública.

[...]

Art. 2º As normas deste Código aplicam-se às seguintes autoridades públicas:

I - Ministros e Secretários de Estado;

II - titulares de cargos de natureza especial, secretários-executivos, secretários ou autoridades equivalentes ocupantes de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível seis;

III - presidentes e diretores de agências nacionais, autarquias, inclusive as especiais, fundações mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista.”

I - autorização expressa da respectiva confederação desportiva ou de entidades estaduais a ela filiadas;

II - caução ou fiança para cobrir possíveis danos materiais à via;

III - contrato de seguro contra riscos e acidentes em favor de terceiros;

IV - prévio recolhimento do valor correspondente aos custos operacionais em que o órgão ou entidade permissionária incorrerá.

Parágrafo único. A autoridade com circunscrição sobre a via arbitrará os valores mínimos da caução ou fiança e do contrato de seguro.

57. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas. Serão observados 30 minutos para descanso dentro de cada 6 horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 horas e meia contínuas no exercício da condução.

Gabarito: Certo

Comentário:

Art. 67-A. O disposto neste Capítulo aplica-se aos motoristas profissionais:

I - de transporte rodoviário coletivo de passageiros;

II - de transporte rodoviário de cargas.

Art. 67-C. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.

§ 1º Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução.

§ 1º-A. Serão observados 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas na condução de

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Julgue os itens abaixo com base na legislação de trânsito.

56. As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão do DETRAN local.

Gabarito: Errado

Comentário:

Art. 65. É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 67. As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de:

veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.

58. O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

Gabarito: Certo

Comentário:

Art. 68. É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

§ 1º O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

§ 2º Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 3º Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 5º Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que não deverão, nessas condições, usar o acostamento.

§ 6º Onde houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a devida sinalização e proteção para circulação de pedestres.

59. Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, no mesmo sentido ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

Gabarito: Errado

Comentário:

Art. 68. É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.

§ 1º O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

§ 2º Nas áreas urbanas, quando não houver passeios ou quando não for possível a utilização destes, a circulação de pedestres na pista de rolamento será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 3º Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de pedestres, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os veículos, pelos bordos da pista, em fila única, em sentido contrário ao deslocamento de veículos, exceto em locais proibidos pela sinalização e nas situações em que a segurança ficar comprometida.

§ 5º Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras de arte a serem construídas, deverá ser previsto passeio destinado à circulação dos pedestres, que não deverão, nessas condições, usar o acostamento.

§ 6º Onde houver obstrução da calçada ou da passagem para pedestres, o órgão ou entidade com circunscrição sobre a via deverá assegurar a

devida sinalização e proteção para circulação de pedestres.

60. Nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

Gabarito: Certo

Comentário:

Art. 69. Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança, levando em conta, principalmente, a visibilidade, a distância e a velocidade dos veículos, utilizando sempre as faixas ou passagens a ele destinadas sempre que estas existirem numa distância de até cinqüenta metros dele, observadas as seguintes disposições:

I - onde não houver faixa ou passagem, o cruzamento da via deverá ser feito em sentido perpendicular ao de seu eixo;

II - para atravessar uma passagem sinalizada para pedestres ou delimitada por marcas sobre a pista:

a) onde houver foco de pedestres, obedecer às indicações das luzes;

b) onde não houver foco de pedestres, aguardar que o semáforo ou o agente de trânsito interrompa o fluxo de veículos;

III - nas interseções e em suas proximidades, onde não existam faixas de travessia, os pedestres devem atravessar a via na continuação da calçada, observadas as seguintes normas:

a) não deverão adentrar na pista sem antes se certificar de que podem fazê-lo sem obstruir o trânsito de veículos;

b) uma vez iniciada a travessia de uma pista, os pedestres não deverão aumentar o seu percurso, demorar-se ou parar sobre ela sem necessidade.

Art. 70. Os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com

sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código.

Parágrafo único. Nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.

61. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes ao Código de Trânsito.

Gabarito: Certo

Comentário:

Art. 72. Todo cidadão ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.

62. Os órgãos ou entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de 30 dias, sobre a possibilidade ou não de atendimento, esclarecendo ou justificando a análise efetuada, e, se pertinente, informando ao solicitante quando tal evento ocorrerá.

Gabarito: Errado

Comentário:

Art. 73. Os órgãos ou entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito têm o dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazos mínimos, sobre a possibilidade ou não de atendimento, esclarecendo ou justificando a análise efetuada, e, se pertinente, informando ao solicitante quando tal evento ocorrerá.

Parágrafo único. As campanhas de trânsito devem esclarecer quais as atribuições dos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito e como proceder a tais solicitações.

63. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito, sendo obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

64. A veiculação de publicidade, quando obrigatória, feita em desacordo com a norma de trânsito constitui infração punível com suspensão, nos veículos de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, pelo prazo de até 90 dias.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 77-C. Quando se tratar de publicidade veiculada em outdoor instalado à margem de rodovia, dentro ou fora da respectiva faixa de domínio, a obrigação prevista no art. 77-B estende-se à propaganda de qualquer tipo de produto e anunciante, inclusive àquela de caráter institucional ou eleitoral.

Art. 77-D. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) especificará o conteúdo e o padrão de apresentação das mensagens, bem como os procedimentos envolvidos na respectiva

veiculação, em conformidade com as diretrizes fixadas para as campanhas educativas de trânsito a que se refere o art. 75.

Art. 77-E. A veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas nos arts. 77-A a 77-D constitui infração punível com as seguintes sanções:

I – advertência por escrito;

II – suspensão, nos veículos de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias;

III - multa de R\$ 1.627,00 (mil, seiscentos e vinte e sete reais) a R\$ 8.135,00 (oito mil, cento e trinta e cinco reais), cobrada do dobro até o quíntuplo em caso de reincidência.

§ 1º As sanções serão aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, qualquer infração acarretará a imediata suspensão da veiculação da peça publicitária até que sejam cumpridas as exigências fixadas nos arts. 77-A a 77-D.

65. A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é do órgão com circunscrição sobre a via.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 80. Sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

§ 2º O CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista neste Código.

§ 3º A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é de seu proprietário.

66. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência: as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; as indicações do semáforo sobre os demais sinais; e as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência:

I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;

II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais;

III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.

Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta.

§ 1º O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

§ 2º O CONTRAN editará normas complementares no que se refere à interpretação, colocação e uso da sinalização.

67. Nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 97. As características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo CONTRAN, em função de suas aplicações.

Art. 98. Nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica.

§ 1º Os veículos e motores novos ou usados que sofrerem alterações ou conversões são obrigados a atender aos mesmos limites e exigências de emissão de poluentes e ruído previstos pelos órgãos ambientais competentes e pelo CONTRAN, cabendo à entidade executora das modificações e ao proprietário do veículo a responsabilidade pelo cumprimento das exigências.

§ 2º Veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroceria jipe poderão ter alterado o diâmetro externo do conjunto formado por roda e pneu, observadas restrições impostas pelo fabricante e exigências fixadas pelo Contran.

68. Os veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroceria jipe poderão ter alterado o diâmetro externo do conjunto formado por roda e pneu, observadas restrições impostas pelo fabricante e exigências fixadas pelo Contran

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 97. As características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo CONTRAN, em função de suas aplicações.

Art. 98. Nenhum proprietário ou responsável poderá, sem prévia autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica.

§ 1º Os veículos e motores novos ou usados que sofrerem alterações ou conversões são obrigados a

atender aos mesmos limites e exigências de emissão de poluentes e ruído previstos pelos órgãos ambientais competentes e pelo CONTRAN, cabendo à entidade executora das modificações e ao proprietário do veículo a responsabilidade pelo cumprimento das exigências.

§ 2º Veículos classificados na espécie misto, tipo utilitário, carroceria jipe poderão ter alterado o diâmetro externo do conjunto formado por roda e pneu, observadas restrições impostas pelo fabricante e exigências fixadas pelo Contran.

69. Somente poderá haver autuação, por ocasião da pesagem do veículo, quando o veículo ou a combinação de veículos ultrapassar os limites de peso fixados, acrescidos da respectiva tolerância.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 99. Somente poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e dimensões atenderem aos limites estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 1º O excesso de peso será aferido por equipamento de pesagem ou pela verificação de documento fiscal, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

§ 2º Será tolerado um percentual sobre os limites de peso bruto total e peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias, quando aferido por equipamento, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

§ 3º Os equipamentos fixos ou móveis utilizados na pesagem de veículos serão aferidos de acordo com a metodologia e na periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN, ouvido o órgão ou entidade de metrologia legal.

§ 4º Somente poderá haver autuação, por ocasião da pesagem do veículo, quando o veículo ou a combinação de veículos ultrapassar os limites de peso fixados, acrescidos da respectiva tolerância.

§ 5º O fabricante fará constar em lugar visível da estrutura do veículo e no Renavam o limite técnico de peso por eixo, na forma definida pelo Contran.

70. É permitida a fabricação de veículos de transporte de passageiros de até 17 m de comprimento na configuração de chassi 8x2.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 100. Nenhum veículo ou combinação de veículos poderá transitar com lotação de passageiros, com peso bruto total, ou com peso bruto total combinado com peso por eixo, superior ao fixado pelo fabricante, nem ultrapassar a capacidade máxima de tração da unidade tratora.

§ 1º Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos.

§ 2º O Contran regulamentará o uso de pneus extralargos para os demais veículos.

§ 3º É permitida a fabricação de veículos de transporte de passageiros de até 15 m (quinze metros) de comprimento na configuração de chassi 8x2.

71. Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de 12 meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.

Gabarito: Errado

Comentário: Art. 101. Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias, conforme regulamentação do Contran.

§ 1º A autorização será concedida mediante requerimento que especificará as características do veículo ou combinação de veículos e de carga, o

percurso, a data e o horário do deslocamento inicial.

§ 2º A autorização não exime o beneficiário da responsabilidade por eventuais danos que o veículo ou a combinação de veículos causar à via ou a terceiros.

§ 3º Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de seis meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.

§ 4º O Contran estabelecerá os requisitos mínimos e específicos a serem observados pela autoridade com circunscrição sobre a via para a concessão da autorização de que trata o caput deste artigo quando o veículo ou a combinação de veículos trafegar exclusivamente em via rural não pavimentada, os quais deverão contemplar o caráter diferenciado e regional dessas vias.

72. Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pela norma, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias. Sendo que, a autorização não exime o beneficiário da responsabilidade por eventuais danos que o veículo ou a combinação de veículos causar à via ou a terceiros.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 101. Ao veículo ou à combinação de veículos utilizados no transporte de carga que não se enquadre nos limites de peso e dimensões estabelecidos pelo Contran, poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo certo, válida para cada viagem ou por período, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias, conforme regulamentação do Contran.

§ 1º A autorização será concedida mediante requerimento que especificará as características do veículo ou combinação de veículos e de carga, o percurso, a data e o horário do deslocamento inicial.

§ 2º A autorização não exime o beneficiário da responsabilidade por eventuais danos que o veículo ou a combinação de veículos causar à via ou a terceiros.

§ 3º Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de seis meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.

§ 4º O Contran estabelecerá os requisitos mínimos e específicos a serem observados pela autoridade com circunscrição sobre a via para a concessão da autorização de que trata o caput deste artigo quando o veículo ou a combinação de veículos trafegar exclusivamente em via rural não pavimentada, os quais deverão contemplar o caráter diferenciado e regional dessas vias.

Julgue os itens abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

73. Sobre peso e dimensões, o excesso de peso será aferido por equipamento de pesagem ou pela verificação de documento fiscal.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 99. Somente poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e dimensões atenderem aos limites estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 1º O excesso de peso será aferido por equipamento de pesagem ou pela verificação de documento fiscal, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

§ 2º Será tolerado um percentual sobre os limites de peso bruto total e peso bruto transmitido por eixo

de veículos à superfície das vias, quando aferido por equipamento, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

§ 3º Os equipamentos fixos ou móveis utilizados na pesagem de veículos serão aferidos de acordo com a metodologia e na periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN, ouvido o órgão ou entidade de metrologia legal.

74. Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos, quando não ultrapassarem 15m de comprimento.

Gabarito: Errado

Comentário: Vejamos a literalidade:

Art. 100. Nenhum veículo ou combinação de veículos poderá transitar com lotação de passageiros, com peso bruto total, ou com peso bruto total combinado com peso por eixo, superior ao fixado pelo fabricante, nem ultrapassar a capacidade máxima de tração da unidade tratora.

§ 1º Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos.

§ 2º O Contran regulamentará o uso de pneus extralargos para os demais veículos.

§ 3º É permitida a fabricação de veículos de transporte de passageiros de até 15 m (quinze metros) de comprimento na configuração de chassis 8x2.

75. Estarão isentos da inspeção veicular, durante 3 anos a partir do primeiro licenciamento, os veículos novos classificados na categoria particular, com capacidade para até 8 passageiros, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

Gabarito: Errado

Comentário: Até 7 passageiros!

Art. 103. O veículo só poderá transitar pela via quando atendidos os requisitos e condições de segurança estabelecidos neste Código e em normas do CONTRAN.

§ 1º Os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarroçadores de veículos deverão emitir certificado de segurança, indispensável ao cadastramento no RENAVAM, nas condições estabelecidas pelo CONTRAN.

§ 2º O CONTRAN deverá especificar os procedimentos e a periodicidade para que os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarroçadores comprovem o atendimento aos requisitos de segurança veicular, devendo, para isso, manter disponíveis a qualquer tempo os resultados dos testes e ensaios dos sistemas e componentes abrangidos pela legislação de segurança veicular.

Art. 104. Os veículos em circulação terão suas condições de segurança, de controle de emissão de gases poluentes e de ruído avaliadas mediante inspeção, que será obrigatória, na forma e periodicidade estabelecidas pelo CONTRAN para os itens de segurança e pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

§ 5º Será aplicada a medida administrativa de retenção aos veículos reprovados na inspeção de segurança e na de emissão de gases poluentes e ruído.

§ 6º Estarão isentos da inspeção de que trata o *caput*, durante 3 (três) anos a partir do primeiro licenciamento, os veículos novos classificados na categoria particular, com capacidade para até 7 (sete) passageiros, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

§ 7º Para os demais veículos novos, o período de que trata o § 6º será de 2 (dois) anos, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

76. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros, as luzes de rodagem diurna.

Gabarito: Certo

Comentário: Trata-se de uma novidade! Vejamos:

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo CONTRAN:

I - cinto de segurança, conforme regulamentação específica do CONTRAN, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II - para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III - encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN;

V - dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.

VI - para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

VII - equipamento suplementar de retenção - air bag frontal para o condutor e o passageiro do banco dianteiro.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

VIII - luzes de rodagem diurna.

§ 1º O CONTRAN disciplinará o uso dos equipamentos obrigatórios dos veículos e determinará suas especificações técnicas.

§ 2º Nenhum veículo poderá transitar com equipamento ou acessório proibido, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas neste Código.

§ 3º Os fabricantes, os importadores, os montadores, os encarroçadores de veículos e os revendedores devem comercializar os seus veículos

com os equipamentos obrigatórios definidos neste artigo, e com os demais estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 4º O CONTRAN estabelecerá o prazo para o atendimento do disposto neste artigo.

§ 5º A exigência estabelecida no inciso VII do caput deste artigo será progressivamente incorporada aos novos projetos de automóveis e dos veículos deles derivados, fabricados, importados, montados ou encarroçados, a partir do 1º (primeiro) ano após a definição pelo Contran das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação e a partir do 5º (quinto) ano, após esta definição, para os demais automóveis zero quilômetro de modelos ou projetos já existentes e veículos deles derivados.

§ 6º A exigência estabelecida no inciso VII do caput deste artigo não se aplica aos veículos destinados à exportação.

77. Quando se tratar de blindagem de veículo, não será exigido qualquer outro documento ou autorização para o registro ou o licenciamento.

Gabarito: Certo

Comentário: Mais novidades!

Art. 106. No caso de fabricação artesanal ou de modificação de veículo ou, ainda, quando ocorrer substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, será exigido, para licenciamento e registro, certificado de segurança expedido por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade de metrologia legal, conforme norma elaborada pelo CONTRAN.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

Parágrafo único. Quando se tratar de blindagem de veículo, não será exigido qualquer outro documento ou autorização para o registro ou o licenciamento.

78. É vedado, nas áreas envidraçadas do veículo, o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares nos veículos em movimento, salvo nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos:

Art. 111. É vedado, nas áreas envidraçadas do veículo:

II - o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares nos veículos em movimento, salvo nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados.

III - aposição de inscrições, películas refletivas ou não, painéis decorativos ou pinturas, quando comprometer a segurança do veículo, na forma de regulamentação do CONTRAN.

Parágrafo único. É proibido o uso de inscrição de caráter publicitário ou qualquer outra que possa desviar a atenção dos condutores em toda a extensão do para-brisa e da traseira dos veículos, salvo se não colocar em risco a segurança do trânsito.

Art. 113. Os importadores, as montadoras, as encarroçadoras e fabricantes de veículos e autopeças são responsáveis civil e criminalmente por danos causados aos usuários, a terceiros, e ao meio ambiente, decorrentes de falhas oriundas de projetos e da qualidade dos materiais e equipamentos utilizados na sua fabricação.

79. O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, reproduzidos em outras partes. A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que poderá ser alterado com autorização do órgão competente.

Gabarito: Errado

Comentário: Não poderá ser alterado.

Art. 114. O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o CONTRAN.

§ 1º A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que não poderá ser alterado.

§ 2º As regravações, quando necessárias, dependerão de prévia autorização da autoridade executiva de trânsito e somente serão processadas por estabelecimento por ela credenciado, mediante a comprovação de propriedade do veículo, mantida a mesma identificação anterior, inclusive o ano de fabricação.

§ 3º Nenhum proprietário poderá, sem prévia permissão da autoridade executiva de trânsito, fazer, ou ordenar que se faça, modificações da identificação de seu veículo.

80. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Gabarito: Certo

Comentário: Vejamos a literalidade:

Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 1º Os caracteres das placas serão individualizados para cada veículo e o acompanhão até a baixa do registro, sendo vedado seu reaproveitamento.

§ 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes

do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

§ 3º Os veículos de representação dos Presidentes dos Tribunais Federais, dos Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, dos Presidentes das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos Presidentes dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e do respectivo chefe do Ministério Público e ainda dos Oficiais Gerais das Forças Armadas terão placas especiais, de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, dispensados o licenciamento e o emplacamento.

§ 4º-A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos veículos de uso bélico.

§ 6º Os veículos de duas ou três rodas são dispensados da placa dianteira.

§ 7º Excepcionalmente, mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito competentes, os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal poderão temporariamente ter placas especiais, de forma a impedir a identificação de seus usuários específicos, na

forma de regulamento a ser emitido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 8º Os veículos artesanais utilizados para trabalho agrícola (jericos), para efeito do registro de que trata o § 4º-A, ficam dispensados da exigência prevista no art. 106.

§ 9º As placas que possuírem tecnologia que permita a identificação do veículo ao qual estão atreladas são dispensadas da utilização do lacre previsto no **caput**, na forma a ser regulamentada pelo Contran.

81. É possível a circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito nas vias brasileiras.

Gabarito: Certo

Comentário: É possível sim! Claro, obedecendo as regras!

Art. 118. A circulação de veículo no território nacional, independentemente de sua origem, em trânsito entre o Brasil e os países com os quais exista acordo ou tratado internacional, reger-se-á pelas disposições deste Código, pelas convenções e acordos internacionais ratificados.

82. Os veículos licenciados no exterior poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao resarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão.

Gabarito: Errado

Comentário: Não poderão!

Art. 119. As repartições aduaneiras e os órgãos de controle de fronteira comunicarão diretamente ao

RENAVAM a entrada e saída temporária ou definitiva de veículos.

§ 1º Os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao resarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial envolvendo a questão.

§ 2º Os veículos que saírem do território nacional sem o cumprimento do disposto no § 1º e que posteriormente forem flagrados tentando ingressar ou já em circulação no território nacional serão retidos até a regularização da situação.

83. Caso o infrator opte pelo sistema de notificação eletrônica, conforme regulamentação do Contran, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, poderá efetuar o pagamento da multa por 60% do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente. Vejamos:

Art. 284. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 1º Caso o infrator opte pelo sistema de notificação eletrônica, conforme regulamentação do Contran, e opte por não apresentar defesa prévia nem recurso, reconhecendo o cometimento da infração, poderá efetuar o pagamento da multa por 60% (sessenta por cento) do seu valor, em qualquer fase do processo, até o vencimento da multa.

§ 2º O recolhimento do valor da multa não implica renúncia ao questionamento administrativo, que pode ser realizado a qualquer momento, respeitado o disposto no § 1º.

§ 3º Não incidirá cobrança moratória e não poderá ser aplicada qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, enquanto não for encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades

§ 4º Encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades, a multa não paga até o vencimento será acrescida de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 5º O sistema de notificação eletrônica, referido no § 1º deste artigo, deve disponibilizar, na mesma plataforma, campo destinado à apresentação de defesa prévia e de recurso, quando o condutor não reconhecer o cometimento da infração, na forma regulamentada pelo Contran.

84. O recurso contra a penalidade será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual remetê-lo-á à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias. O recurso terá efeito suspensivo.

Gabarito: Errado

Comentário: Não terá efeito suspensivo!

Art. 285. O recurso previsto no art. 283 será interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, a qual remetê-lo-á à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

§ 1º O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 2º A autoridade que impôs a penalidade remeterá o recurso ao órgão julgador, dentro dos dez dias úteis subsequentes à sua apresentação, e, se o entender intempestivo, assinalará o fato no despacho de encaminhamento.

§ 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

NOVIDADES (LEI 14.071/20)

§ 4º Na apresentação de defesa ou recurso, em qualquer fase do processo, para efeitos de admissibilidade, não serão exigidos documentos ou cópia de documentos emitidos pelo órgão responsável pela autuação.

85. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir é crime.

Gabarito: Errado

Comentário: Só se gerar perigo de dano.

Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano:

Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa.

CARREIRA DA PRF

86. Em relação às disposições sobre a carreira da Polícia Rodoviária Federal, julgue o item a seguir.

A carreira de Policial Rodoviário Federal é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível intermediário, e dos cargos de natureza administrativa, essenciais ao pleno funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Gabarito: Errado

Comentário: Nada disso! Segundo a Lei nº 9.654 de 1998, a carreira de Policial Rodoviário Federal é composta apenas do cargo de Policial Rodoviário Federal, não incluindo os cargos de natureza administrativa. Estes são tratados em outro

normativo, embora sejam servidores da PRF também.

"Art. 2º A Carreira de que trata esta Lei é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível intermediário, estruturada nas classes de Inspetor, Agente Especial, Agente Operacional e Agente, na forma do Anexo I desta Lei."

87. A respeito da Lei 12.855 de 2013, marque como certa ou errada a questão a seguir.

A “indenização de fronteira”, como é apelidado o direito constante na Lei 12.855/2013, não abrange somente os municípios localizados em regiões fronteiriças, mas também os locais de difícil fixação, ainda que localizados em áreas não fronteiriças.

Gabarito: Certo

Comentário: É isso mesmo, a Lei 12.855/2013 institui a “indenização de fronteira”, devida a ocupante de cargo efetivo de alguns órgãos, dentre eles a PRF, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Entretanto, as localidades estratégicas mencionadas terão como critérios os municípios localizados em região de fronteira e também municípios de dificuldade de fixação de efetivo. Vejamos:

“§ 2º As localidades estratégicas de que trata o caput serão definidas em ato do Poder Executivo, por Município, considerados os seguintes critérios:

I - Municípios localizados em região de fronteira;

[...]

IV - dificuldade de fixação de efetivo.”

Vale lembrar que a indenização será devida por dia de efetivo trabalho, no valor de R\$ 91,00.

DIREITO ADMINISTRATIVO

A respeito do controle e dos poderes da administração pública, da responsabilidade civil do Estado e de sua organização administrativa, julgue os itens a seguir.

88. O controle judicial externo é responsável, em regra, por avaliar aspectos de mérito e legalidade da atuação administrativa, independentemente de provocação da parte interessada.

Gabarito: Errado

Comentário: Diferenças importantes entre o controle externo judicial e o controle legislativo:

- > enquanto o controle judicial é realizado sempre mediante provocação, o controle legislativo pode agir de ofício ou mediante provocação.
- > o controle judicial pode se debruçar apenas sobre os aspectos de legalidade da atuação administrativa, ao passo que o controle legislativo pode examinar também aspectos do mérito da atuação.

Para complementar, quanto à natureza, o controle pode ser de:

-> Legalidade:

* o controle é exercido para verificação de conformidade com o ordenamento jurídico.

* o resultado do controle será pela legalidade ou ilegalidade, no último caso, deve-se anular o ato.

-> Mérito:

* o controle é exercido pelo juízo de conveniência e oportunidade, em especial, nos atos discricionários e nomeações de cargos em comissão.

* Em regra, o Judiciário não pode analisar mérito, exceto em caso de flagrante arbitrariedade que se revela, na verdade, em ilegalidade.

* Lembre-se que na função atípica administrativa, o Judiciário pode exercer controle de mérito quanto aos seus próprios atos.

* o resultado do controle de mérito será pela revogação ou manutenção do ato.

89. A autoexecutoriedade, atributo do poder de polícia, representa a faculdade da Administração decidir e executar diretamente sua decisão por seus próprios meios, sem intervenção do Judiciário.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente. Atributos do poder de polícia (DAC):

-> Discricionariedade: apresenta-se no momento da escolha do que se deve fiscalizar e, no caso em concreto, na escolha de uma sanção ou medida dentre diversas previstas em lei. Por exemplo, a norma pode facultar à Administração apreender ou destruir um produto que se encontre fora dos padrões de segurança. Diante dessa situação, o agente público deverá analisar a conveniência e oportunidade e decidir entre uma alternativa ou outra. Existem situações, porém, que o poder de polícia se tornará vinculado. Por exemplo, na concessão de licença para construir, estando presentes todos os requisitos previstos em lei, o agente público é obrigado a conceder o a licença ao particular

-> Autoexecutoriedade: é dividida em exigibilidade e executoriedade. Pela exigibilidade a Administração se utiliza de meios indiretos de coação, como a aplicação de multas ou a impossibilidade de licenciar um veículo enquanto não pagas as multas de trânsito. Por outro lado, pela executoriedade a Administração compele materialmente o administrado, utilizando-se de meios diretos de coação – por exemplo, dissolução de uma reunião, apreensão de mercadorias, interdição de uma fábrica. Segundo a Prof.ª Maria Sylvia Zanella Di Pietro a autoexecutoriedade não está presente em todas as medidas de polícia. Para ser aplicada, é necessário que a lei a autorize expressamente, ou que se trate de medida urgente. Conclui a autora, por fim, que a exigibilidade está presente em todas as medidas de polícia, mas a executoriedade não.

-> Coercibilidade: é a característica que torna o ato obrigatório independentemente da vontade do administrado.

90. A teoria do risco integral é adotada como regra no ordenamento jurídico brasileiro e não admite causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.

Gabarito: Errado

Comentário: De fato, a teoria do risco integral não admite causas excludentes da responsabilidade civil do Estado. No entanto, o erro reside em mencionar que essa teoria é adotada como regra. A teoria do risco administrativo é a regra.

A teoria do risco integral diferencia-se da teoria do risco administrativo pelo fato de não admitir causas excludentes da responsabilidade civil da Administração. Nesse caso, o Estado funciona como um segurador universal, que deverá suportar os danos sofridos por terceiros em qualquer hipótese. Assim, mesmo que se comprove a culpa exclusiva do particular, ou nos casos de caso fortuito ou força maior, o Estado terá o dever de ressarcir o particular pelos danos sofridos. Com efeito, alguns doutrinadores afirmam que a responsabilidade integral não depende nem do nexo causal entre a conduta e o dano.

A teoria do risco integral só é admitida em casos excepcionais.

91. A distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, de acordo com a doutrina majoritária, caracteriza-se como desconcentração.

Gabarito: Certo

Comentário: Diferentemente da descentralização, a desconcentração ocorre exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica, constituindo uma técnica administrativa utilizada para distribuir internamente as competências. Assim, quando os municípios se organizam em secretarias, nada mais estão fazendo do que desconcentrando as

competências dentro de sua própria estrutura. Por meio da desconcentração é que surgem os órgãos públicos. Para Hely Lopes, a desconcentração é uma técnica administrativa de simplificação e aceleração do serviço dentro da mesma entidade, diversamente da descentralização, que é uma técnica da especialização, consistente na retirada do serviço de dentro de uma entidade e transferência a outra para que o execute com mais perfeição e autonomia.

De acordo com a Lei nº 9.654/1998, que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal, julgue o item a seguir.

92. A carreira de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, é estruturada em 4 (quatro) classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, nos termos da referida Lei:

Como era: Art. 2º A Carreira de que trata esta Lei é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível intermediário, estruturada nas classes de Inspetor, Agente Especial, Agente Operacional e Agente, na forma do Anexo I desta Lei.

Atualmente: Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

A respeito das disposições da Lei nº 8.112/1990, julgue o item a seguir.

93. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50%, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Gabarito: Errado

Comentário: Lei n.º 8.112/1990:

Art. 73. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinqüenta e dois minutos e trinta segundos.

Serviço extraordinário = 50%;

Serviço noturno = 25%.

federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

Gabarito: Certo

Comentário: Conforme Art. 49, inciso IV.

Em relação à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), os itens a seguir.

96. O tempo de duração do estado de sítio não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Gabarito: Errado

Comentário: O prazo para o Estado de Sítio é de 30 dias, podendo haver quantas prorrogações forem necessárias, de no máximo 30 dias cada.

Em relação aos Direitos Políticos, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.

97. São condições de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

Gabarito: Errado

Comentário: São condições de elegibilidade, na forma da lei a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz (Art. 14, § 3º, VI, c, CF)

Com relação à Administração Político-Administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

98. A concessão de anistia para infrações disciplinares praticadas por servidores públicos estaduais é competência dos Estados, enquanto a concessão de anistia para crimes é competência privativa da União.

Gabarito: Certo

Em relação à Organização dos Poderes, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), os itens a seguir.

95. É competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção

Comentário: É exatamente isso! A concessão de anistia para infrações disciplinares praticadas por servidores públicos estaduais é de competência dos Estados. Já a concessão de anistia para crimes é competência privativa da União.

Em relação ao tema de segurança pública, julgue o item que se segue.

99. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Gabarito: Certo

Comentário: Conforme Art. 144, § 4º “Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Luís Carlos, 31 anos, capaz, em 15/01/2023, foi vítima de delito de estelionato praticado por Isabel Flores. Luís Carlos tomou conhecimento da autoria do delito em 25/01/2023 e, nesse mesmo dia, noticiou os fatos à autoridade policial, com a respectiva representação, tendo sido, em decorrência, instaurado inquérito policial. Nessa hipótese, julgue os itens a seguir.

100. Após o oferecimento da denúncia, Luís Carlos não poderá retratar-se da representação feita.

Gabarito: Certo

Comentário: Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

101. Caso o delegado, em diligências policiais, verifique que o fato criminoso não ocorreu e Isabel

Flores de nada tem culpa, ele deve arquivar o inquérito.

Gabarito: Errado

Comentário: O inquérito policial é indisponível à autoridade policial. Portanto, inexiste a possibilidade de arquivamento de ofício pelo mesmo , ainda que sejam observadas hipóteses de causas de justificação.

Em relação ao Inquérito Policial e ao Termo Circunstanciado de Ocorrência, julgue o item que se segue.

102. O inquérito policial e o termo circunstanciado são espécies de investigação criminal, disciplinadas no Código de Processo Penal, sendo que a única distinção existente entre elas recai sobre o objeto da apuração.

Gabarito: Errado

Comentário: O inquérito policial (IP) e o termo circunstanciado de ocorrência (TCO) realmente são espécies de investigação criminal. Entretanto, O TCO são para crimes de menor potencial ofensivo e está disciplinado na Lei 9.099/95 (que dispõe sobre sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências), e não no Código de Processo Penal, o que é diferente do IP.

Em relação à prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

103. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. Entretanto, a falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

Gabarito: Errado

Comentário: O erro da questão está em dizer que a falta de testemunhas impede a prisão em flagrante. Vejamos o que diz o CPP:

Art. 304. § 2º A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

Considerando os meios de prova no Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

104. A confissão será divisível e poderá ser retratada, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

Gabarito: Certo

Comentário: É isso mesmo. Observe o que diz o CPP:

Art. 200. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

A respeito do mandado de prisão, julgue o item a seguir.

105. De acordo com o Código de Processo Penal, o mandado de prisão será lavrado pelo delegado e assinado pela autoridade.

Gabarito: Errado

Comentário: Opa! Houve uma troca aí! O mandado é lavrado pelo escrivão, e não pelo delegado! Vejamos o que diz o CPP:

Art. 285. A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado.

Parágrafo único. O mandado de prisão:

a) será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade;

A respeito da aplicação da lei penal e do conflito de leis penais no tempo, julgue os itens a seguir.

106. Ainda que outro seja o local em que tenha sido produzido o resultado, considera-se praticado o crime no lugar em que houve a ação ou omissão.

Gabarito: Errado

Comentário: A questão mescla os conceitos lugar e tempo do crime.

Lugar do crime (Ubiquidade)

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no LUGAR em que OCORREU a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Tempo do crime (Atividade) *Art. 4º - Considera-se praticado o crime no MOMENTO da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.*

107. Considere que Maylson tenha adentrado no interior de uma casa habitada com o objetivo de subtrair bens de valor que sabia na residência existir, o que efetivamente veio a ocorrer. Nessa situação, Maylson não responderá pelo crime de violação de domicílio, mas somente pelo crime de furto, em razão da aplicação do princípio da especialidade.

Gabarito: Errado

Comentário: O único erro da assertiva é mencionar o princípio da especialidade, quando, na verdade, seria o da consunção.

O crime de invasão de domicílio é fase preparatória da prática do crime de furto. No caso, portanto, aplica-se o princípio da consunção, pelo qual o agente responde pelo delito mais grave, que, no caso, é o crime de furto.

Pelo princípio da especialidade, a lei especial prevalece sobre lei geral, afastando dessa forma o *Bis in idem*, pois a conduta do sujeito só é enquadrada na lei especial, embora também estivesse tipificada na geral.

Ex: Art. 334 do CP (crime de contrabando ou descaminho) e o art. 33 da Lei nº 11.343/06 (crime de tráfico de drogas). Apesar da droga também ser produto proibido de entrada no Brasil, aplica-se a Lei 11.343/06, por ser especial, por regular o fato com maior precisão.

Situação hipotética: Arnaldo e Mário, utilizando-se de arma de fogo de uso restrito, em concurso de pessoas, roubaram um supermercado localizado no centro da cidade de Fortaleza-CE. Os criminosos foram perseguidos pela polícia militar, mas obtiveram êxito no plano de fuga.

Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe o Código Penal brasileiro, julgue os itens a seguir.

108. Em razão do concurso de pessoas, os agentes responderão por roubo qualificado.

Gabarito: Errado

Comentário: Não confundir:

No roubo, o concurso de pessoas gera aumento de pena. Já no furto, torna o crime qualificado.

Como o caso em questão é de roubo, os agentes responderão por roubo majorado (com aumento de pena), e não qualificado.

O crime é qualificado quando há mudança nos patamares mínimos ou/e máximos da pena.

Ex: Roubo qualificado:

Art. 157, § 3º Se da violência resulta:

I – lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa; II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa.

A pena normal do crime de roubo é reclusão, de quatro a dez anos, e multa. Mas, nos casos acima, há uma qualificação do crime, implicando mudança no patamar da pena.

109. Seria caso de aplicação de aumento de pena de 1/3 (um terço) até metade se a violência ou grave ameaça tivesse sido exercida com emprego de arma branca.

Gabarito: Certo

Comentário: Nos termos do CP:

Art. 157, § 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:

VII - se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca;

À luz da legislação vigente, julgue os próximos itens, relativos a crimes contra o patrimônio e a administração pública.

110. Considere que João, servidor público, exigiu vantagem econômica para si, em razão do cargo, mediante grave ameaça à pessoa. Nessa situação, João cometeu crime de extorsão.

Gabarito: Certo

Comentário: Não confundir concussão com extorsão. Uma das distinções entre o crime de concussão e o de extorsão é que, no primeiro tipo penal, o funcionário público deve exigir a indevida vantagem sem o uso de violência ou de grave ameaça, que são elementos do segundo tipo penal referido.

Concussão Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Extorsão: Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Além disso, o crime de concussão é praticado por funcionário público contra a Administração Pública, ao passo que o crime de extorsão pode ser praticado por qualquer agente imputável, em razão de ser crime contra o patrimônio.

111. O servidor público que patrocina interesse privado ilegítimo perante a administração pública, ainda que indiretamente, responde pelo crime de advocacia administrativa na forma qualificada.

Gabarito: Certo

Comentário: Nos termos do CP:

Advocacia administrativa:

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

É crime ainda que o interesse seja legítimo. No entanto, se for ilegítimo, ocorre o crime na forma qualificada.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Considerando as disposições da Lei n. 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente), suas alterações posteriores e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

112. Pessoa jurídica que praticar crime contra o meio ambiente por decisão do seu órgão colegiado e no interesse da entidade poderá ser responsabilizada penalmente, embora não fique necessariamente sujeita às mesmas sanções aplicadas às pessoas físicas.

Gabarito: Certo

Comentário: É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais

independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. A jurisprudência não mais adota a chamada teoria da “dupla imputação”. STJ. 6ª Turma. RMS 39.173-BA, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 6/8/2015 (Info 566). STF. 1ª Turma. RE 548181/PR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 6/8/2013 (Info 714).

113. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos na lei de organizações criminosas.

Gabarito: Certo

Comentário: A questão trata da infiltração virtual. Essa é a previsão do artigo 10-C da lei de organizações criminosas.

“Art. 10-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos no art. 1º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) ”

114. A Lei de Abuso Autoridade prevê, como efeito da condenação, a suspensão para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período mínimo de um a cinco anos.

Gabarito: Errado

Comentário: A suspensão é uma pena restritiva de direitos, e pode ser de 1 a 6 MESES.

A questão tenta confundir com inabilitação para o exercício da função, de 1 a 5 ANOS, que é um efeito da condenação

A Lei de Abuso de Autoridade prevê os seguintes efeitos da condenação em seu art. 4º:

“Art. 4º São efeitos da condenação:

I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II – a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III – a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

A suspensão não é um efeito da condenação. A suspensão será uma espécie de pena restritiva de direitos prevista no artigo 5º, II, da referida lei. ”

115. No que tange à legislação que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, consta que o Ministério Extraordinário da Segurança Pública fixará, semestralmente, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão das infrações penais e administrativas e à prevenção dos desastres, e utilizará indicadores públicos que demonstrem de forma objetiva os resultados pretendidos.

Gabarito: Errado

Comentário: O erro da assertiva está no prazo, o qual é anual, conforme o artigo 11 da LEI Nº 13.675/18:

*“Art. 11. O Ministério Extraordinário da Segurança Pública fixará, **anualmente**, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão das infrações penais e administrativas e à prevenção dos desastres, e utilizará indicadores públicos que demonstrem de forma objetiva os resultados pretendidos.”*

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Tendo como consideração as disposições sobre direitos humanos, assinale como certo ou errado o item a seguir.

116. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada no final da Primeira Guerra Mundial e, ainda assim, não foi capaz de conter o avanço da Segunda Guerra Mundial.

Gabarito: Errado

Comentário: Não, não! A DUDH foi proclamada no final da Segunda Guerra Mundial, e não da Primeira Guerra. Ela foi adotada pela Assembleia-Geral da ONU em 1948 e é o principal instrumento do Sistema Global e a principal contribuição para a universalização da proteção ao ser humano. Em razão do contexto histórico, bem como pela maciça adesão ao seu texto, a Declaração é considerada fonte motriz dos sistemas de direitos humanos existentes.

Considerando as disposições da DUDH, principal instrumento do Sistema Global, julgue os próximos itens.

117. Os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, é o que dispõe o preâmbulo da DUDH: “Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.”.

118. Na DUDH, há previsão direta de todas as cinco dimensões de direitos humanos hoje elencadas por parte da doutrina.

Gabarito: Errado

Comentário: Em 1948 não foram alçados ao texto da DUDH os direitos de terceira, quarta e quinta gerações, mas somente os de primeira e segunda gerações. Cabe alertar que há certa polêmica a respeito dos direitos de terceira geração, pois alguns autores defendem que, embora a DUDH não desenvolva os direitos de terceira dimensão, há um dispositivo que se ocupa em “alertar” para a existência de tais direitos. De todo modo, a questão está errada.

119. O Pacto de San José da Costa Rica é o principal instrumento para a implementação dos Direitos Humanos no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao tratar do direito à vida, menciona que:

Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Além disso, esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção.

Gabarito: Certo

Comentário: Exatamente, essa é a previsão do art. 4º do Pacto de San José da Costa Rica:

“Artigo 4º - Direito à vida

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.”

Assim, percebe-se a proteção à vida desde a concepção, vedando-se a privação arbitrária da vida nascituro. Logo, não importa se o concepto possui malformação congênita, ou se é desprovido de aparência e forma humana. A proteção será abrangente a todas as pessoas, desde a sua concepção.

120. A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

A concretização dos direitos sociais previstos na CF, dada a natureza prestacional desses direitos, submete-se ao princípio da reserva do possível.

Gabarito: Certo

Comentário: Os direitos sociais possuem natureza prestacional, isso quer dizer que são prestações sociais que exigem uma atuação positiva do Estado para sua efetivação. Porém, nem sempre o Estado terá recursos financeiros suficientes para assegurar esses direitos. Assim, terá que equalizar os recursos disponíveis com as demandas da sociedade. É claro que o Estado deverá prover o mínimo existencial à população, não podendo usar o argumento financeiro para se esquivar da prestação de todos os direitos básicos dos cidadãos.

Discursiva

Historicamente, o trânsito foi tratado como uma questão policial e de comportamento individual dos usuários, carecendo de um tratamento no campo da engenharia, da administração do comportamento e da participação social.

De um lado um trânsito ruim e no limite criminoso, por falta de consciência dos seus perigos e por falta de punição, aproxima-nos da barbárie e do caos. Por outro lado, um trânsito calmo e previsível estabelece um ambiente de civilidade e de respeito às leis, mostrando a internalização da norma básica da convivência democrática: todos são iguais perante a lei e, em contrapartida, obedecê-la é dever de todos.

O conceito de cidadania implica conflitos, já que, de um lado, está a ideia fundamental de indivíduo e, de outro, regras universais – um sistema de leis válido para todos em todo e qualquer espaço social. Assim considerando, é fundamental destacar a dimensão de cidadania inserida no trânsito, uma vez que este configura uma situação básica de diferença, diversidade, equidade, tolerância e de direitos humanos. Diferentemente de algumas outras normas sociais, que podem ser rompidas ou ignoradas sem que ninguém perceba, as normas de trânsito produzem um efeito imediato, levando, se observadas, à manutenção da qualidade de vida do cidadão e da coletividade, ou, se desrespeitadas, a resultados desastrosos. Com isso, o trânsito configura-se em uma notável escola de e para a democracia.

No sentido do exercício democrático é que se coloca a pertinência e a legitimidade da participação da sociedade na discussão e na proposição de ações referentes ao trânsito, tido como fenômeno resultante da mobilidade dos cidadãos. É crescente a movimentação da coletividade buscando organizar-se. Por sua vez, os governos, nos diversos níveis, paulatinamente, vêm abrindo espaços e oportunidades à participação popular.

Priorizar e incentivar a participação da sociedade e promover a produção e a veiculação de informações claras, coerentes e objetivas significa, assim, construir um ambiente favorável à implantação de uma nova cultura, orientada ao exercício do trânsito cidadão e da qualidade de vida.

Trânsito, questão de cidadania. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/01/cad-7-transitoquestaocidadania.pdf>. Acesso em 09/02/2021.

As ações educativas da PRF buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem e de atuarem como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro.

Disponível em: <https://carneironoticias.blogspot.com/2017/04/festival-estudantil-tematico-de.html>. Acesso em 09/02/2021.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

TRÂNSITO SEGURO: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. trânsito seguro e cidadania;
2. trânsito como espaço democrático;
3. o respeito aos grupos vulneráveis no contexto do trânsito.

Proposta de Solução

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social, pois envolve os indivíduos no exercício do seu direito de se locomover livremente para a satisfação de suas necessidades. Nesse contexto, é relevante discutir a relação entre trânsito seguro e cidadania, sua expressão com espaço democrático e a proteção aos grupos vulneráveis que participam do trânsito.

Inicialmente, frise-se que, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. Assim, o referido dispositivo legal contempla, expressamente, a participação dos diversos agentes na composição do trânsito, os quais possuem direitos, mas também deveres a serem respeitados para que o trânsito seja seguro. É preciso, pois, que cada um deles tenha uma postura cidadã, que consiste, basicamente, na plena obediência às normas estabelecidas pelo CTB e no respeito ao direito de todos os grupos que participam do trânsito, principalmente os mais vulneráveis. [Tópico 1]

Outrossim, afirme-se que o trânsito deve ser um espaço democrático, no qual todos possam exercer os seus direitos, sem qualquer distinção de classe social, raça, idade, religião, condição física ou econômica. A noção de trânsito como espaço democrático relaciona-se diretamente à questão da cidadania, visto que somente com a compreensão de cada agente sobre a sua responsabilidade no sistema como um todo e da ação individual em conformidade com as regras indistintamente aplicáveis será possível o exercício de direitos, condição básica de uma democracia. [Tópico 2]

Diante do exposto, verifica-se que o respeito aos grupos vulneráveis é fundamental para que o trânsito seja um espaço democrático. O CTB, ao destacar a existência de uma ordem de responsabilidade no trânsito, na qual os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados, e todos, pela incolumidade dos pedestres, evidencia este mandamento. Assim, pedestres, ciclistas e motociclistas, devido a sua maior vulnerabilidade, gozam de certas preferências e devem ser motivo de atenção para carros e caminhões, por exemplo. Por fim, frise-se o papel do Estado no respeito aos segmentos mais vulneráveis. Além de leis que contemplem as suas especificidades, são necessárias ações para os proteger, como a construção de ciclovias, e a implementação de ações educativas, fundamentais para o despertar da sociedade. [Tópico 3]

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

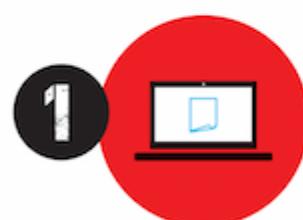
CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.